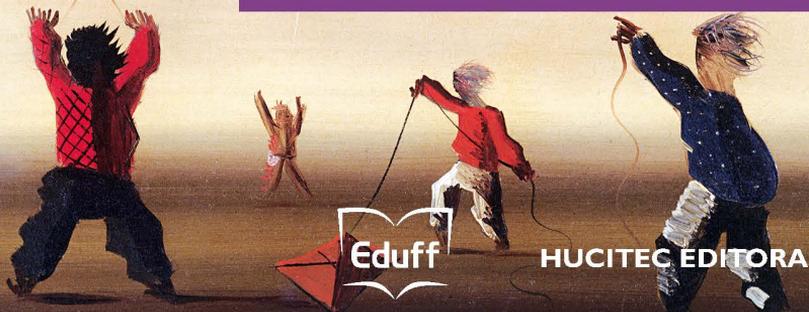


LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA  
MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI  
organizadores

Coleção Novos Estudos de  
História Econômica do Brasil

# HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO



Eduff

HUCITEC EDITORA

**HISTÓRIA  
ECONÔMICA  
DO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**

## **Universidade Federal Fluminense**

### **REITOR**

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

### **VICE-REITOR**

Fabio Barboza Passos

## **Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense**

### **CONSELHO EDITORIAL**

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marcos Otavio Bezerra

Ronaldo Altenburg Odebrecht Curi Gismondi

Silvia Patuzzi

Vagner Camilo Alves

LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA  
MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI  
organizadores

Coleção Novos Estudos de  
História Econômica do Brasil

---

# HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO



HUCITEC EDITORA

© 2022 Luiz Eduardo Simões de Souza e Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli  
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização  
expressa da editora.

Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 4

### **Equipe de realização**

Editor responsável: Renato Franco  
Coordenador de produção: Ricardo Borges  
Revisão: Icléia Freixinho  
Normalização: Camilla Almeida  
Projeto gráfico, capa e diagramação: Natália Brunnet  
Supervisão gráfica: Marcio André Baptista de Oliveira

A utilização da imagem da obra *Meninos Soltando Pipas* (1941),  
de Candido Portinari, foi autorizada graciosamente por  
João Candido Portinari, titular dos direitos de autor do artista.

---

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP**

H673 História Econômica do Brasil Contemporâneo / Luiz Eduardo Simões de Souza  
e Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli (organizadores); organização geral  
da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e  
Luiz Fernando Saraiva. – Niterói : Eduff; São Paulo : Hucitec, 2022. – 552 p. ; 21  
cm. – (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 4)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-101-0

ISBN 978-85-8404-252-4

BISAC BUS023000 BUSINESS & ECONOMICS / Economic History

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Brasil – Período contemporâneo. I.  
Souza, Luiz Eduardo Simões de. II. Previdelli, Maria de Fátima Silva do  
Carmo. III. Título. IV. Série.

CDD 330.981

---

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos (CRB7-4700)

Direitos desta edição cedidos à

**Eduff - Editora da Universidade  
Federal Fluminense**

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja  
Icaraí - Niterói - RJ CEP 24220-008 - Brasil  
Tel.: +55 21 2629-5287  
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

**Hucitec Editora Ltda.**

Rua Dona Inácia Uchoa, 209  
São Paulo - SP CEP 04110-020 - Brasil  
Tel.: +55 11 3892-7772  
www.huciteceditora.com.br  
lerereler@huciteceditora.com.br

Publicado no Brasil, 2022.  
Foi feito o depósito legal.

# Sumário

---

<b>Prefácio</b>	<b>7</b>
<i>Hildete Pereira Melo</i> <i>Luiz Fernando Saraiva</i>	
<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
<i>Luiz Eduardo Simões de Souza</i> <i>Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli</i>	
<b>Desenvolvimentismo, um projeto moderno contra o conservadorismo estrutural</b>	<b>19</b>
<i>Fernando Roberto de Freitas Almeida</i>	
<b>Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira</b>	<b>47</b>
<i>Pedro Cezar Dutra Fonseca</i>	
<b>O Brasil na afirmação de Bretton Woods: as consequências das crises cambiais e dos arranjos institucionais do comércio durante a implantação do sistema dólar-ouro</b>	<b>93</b>
<i>Julio Gomes da Silva Neto</i>	
<b>Política econômica e planos de desenvolvimento</b>	<b>137</b>
<i>Francisco Luiz Corsi</i>	
<b>Os debates sobre planejamento e o desenvolvimento no período pré-Ditadura de 1964</b>	<b>177</b>
<i>Everaldo de Oliveira Andrade</i>	
<b>Infraestrutura e energia elétrica: modernização e desenvolvimento no Brasil</b>	<b>201</b>
<i>Marcelo Squinca da Silva</i>	

Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985)	243
<i>Wilson do Nascimento Barbosa</i>	
Economia brasileira na Nova República: 1985-1989	299
<i>Ricardo Zimbrão Affonso de Paula</i>	
O modelo de mercado aberto e a "Segunda Década Perdida": 1991-2000	329
<i>Marcos Cordeiro Pires</i>	
O sentido da informalidade: o mercado de trabalho nos anos 1980 e a virada historiográfica	389
<i>Lincoln Ferreira Secco</i>	
Treze anos de política econômica petista (2003-2015)	415
<i>Glaudionor Gomes Barbosa</i>	
Um Brasil dos trabalhadores? Aspectos do desempenho econômico brasileiro entre 2003 e 2016	475
<i>Apoena Canuto Cosenza</i>	
A hora das bruxas: a Agenda Brasil e o Golpe de 2016	517
<i>Luiz Eduardo Simões de Souza</i> <i>Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli</i> <i>Rodolfo Francisco Soares Nunes</i>	
Sobre os autores	543

## Prefácio

---

Quarto volume da coleção Novos Estudos de História Econômica, o presente volume História Econômica do Brasil Contemporâneo representa um esforço inovador acerca das análises da Economia Brasileira dos últimos 77 anos. Este livro faz uma narrativa do Brasil tomando como ponto de partida as décadas posteriores à chegada dos tenentes ao poder, em 1930, e analisa a construção do processo de desenvolvimento socioeconômico ao longo das décadas seguintes. Seus autores buscam explicações para o crescimento acelerado dos anos 1940 a 1980, que Bresser-Pereira caracteriza como a “revolução capitalista” nacional (2015), incompleta e inacabada.

A partir de então a economia brasileira conviveu com baixas taxas de crescimento, endividamento externo, hiperinflação e a partir de 1990-1992 houve uma abertura comercial e financeira que nas décadas seguintes consolidou taxas de crescimento medíocres, as quais nem os governos petistas conseguiram interromper. Nestas últimas três décadas consolidou-se o império da globalização e a competição entre as nações assumiu “talvez” um papel diverso das análises desenvolvimentistas cepalinas consagradas nos escritos de Prebisch, Furtado, Pinto e Tavares.

Esta coletânea e seu conjunto de artigos exprimem a chegada no campo da História Econômica de uma “jovem guarda de historiadores econômicos”, a maioria pesquisadores que desenvolveram seus estudos e atividades acadêmicas na Universidade de São Paulo (USP) e buscam conciliar a reflexão teórica econômica com a Histórica. Os 13 artigos/ensaios que compõem esta coletânea resgatam a tradição da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) que, em 1996, na gestão do professor Tamás Szmrecsányi, publicou quatro coletâneas sobre o processo histórico

do desenvolvimento brasileiro, a partir de uma seleção dos artigos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado no Campus da USP, em setembro de 1993. Estas coletâneas intitularam-se “História Econômica da Independência e do Império”; a segunda, “História Econômica da Primeira República”; a terceira, “História Econômica do Brasil Contemporâneo”; e a última, “História de Empresas e Desenvolvimento Econômico”.

A ABPHE acompanhando a expansão no Brasil das graduações e pós-graduações dos cursos de História, Ciências Econômicas e Sociais das duas últimas décadas dá continuidade a esta linha editorial que o saudoso professor Tamás iniciou de forma pioneira. Assim, esta tradição foi retomada pela associação nas duas últimas diretorias (2017-2019 e 2019-2021), com o lançamento da Coleção Novos Estudos da História Econômica do Brasil e as publicações das coletâneas: Pensamento Econômico Brasileiro (Vol.1) e Primeira República e a Era Vargas (Vol.2), e tem a terceira publicação com esta brochura sobre a História Econômica do Brasil Contemporâneo. Assim, a ABPHE incentiva a pesquisa no campo temático da História Econômica e atualiza os estudos sobre o passado e o presente da economia e sociedade brasileiras.

Os docentes e pesquisadores escolhidos pelos professores Luís Eduardo e Maria de Fátima, organizadores da coletânea, representam um conjunto masculino valoroso que escreve com paixão sobre o desenvolvimentismo moderno e conservador que caracteriza o capitalismo brasileiro. Os estudos passeiam pela ordem liberal conservadora, pelo desenvolvimentismo vitorioso em 1930, mas que não ousou reagir ao conservadorismo rural característico do Brasil de todos os tempos. Adaptou-se ao neoliberalismo, antinacional chegado nos anos 1980 e que se manteve impávido na onda do novo desenvolvimentismo, marca do ciclo dos governos petistas, até o *impeachment*, em 2016, da última gestão petista – Dilma Vana Rousseff – expulsa da presidência da República Federativa do Brasil numa articulação política tosca e canhestra.

A leitura do Sumário desta coletânea mostra a relevância dos temas tratados. É uma mistura de História e Economia, feita através da descrição das políticas econômicas que formataram diversos panoramas do desenvolvimento capitalista nacional do

século XX ao XXI. Como Maria da Conceição Tavares analisou no artigo “Império, território e dinheiro” o Brasil tem suas histórias geopolítica e geoconômica fortemente entrelaçadas. O Estado brasileiro nascido à sombra de dois Impérios, um decadente e o outro no auge de sua expansão mundial, manteve sob seu domínio político a expansão das oligarquias regionais e a ocupação do espaço e estabeleceu-se aos poucos sob um território continental unificado esvaído pela abolição tardia da escravidão e pelas lutas regionais dos senhores, a República chegou, pelo alto e pelas mãos dos militares, ante a apatia e o estranhamento do povo brasileiro. Para Maria da Conceição estas foram as bases da ocupação do território para o estabelecimento do capitalismo e do autoritarismo nacional presentes até os dias atuais (MELO, 2019, p. 263-264).

Os capítulos apresentados nesta coletânea analisam a trajetória de crescimento da economia nacional, as mudanças no cenário econômico internacional que exigiram as mudanças drásticas e a ruptura do tradicional padrão de financiamento nacional no início dos anos 1980, provocando as dificuldades da negociação da dívida externa, a inflação descontrolada as quais estigmatizaram o velho projeto desenvolvimentista brasileiro e a nova era que emergiu nos cânones do neoliberalismo. Este redefiniria o campo de atuação do Estado brasileiro, deslocando sua atuação da produção para a regulação, priorizando a estabilização monetária em detrimento do desenvolvimento.

A leitura do conjunto de artigos demonstra a transição para a democracia, as forças políticas e os caminhos traçados pelos diferentes interesses econômicos que se reorganizaram ao longo das décadas estudadas, procurando pôr o Estado brasileiro a seu favor. E desta forma, o Estado, o capital e o trabalho foram se adaptando e incorporando as transformações exigidas pela conjuntura, claro que com descontinuidades e inflexões da política econômica, como analisam os textos aqui apresentados.

Hildete Pereira Melo

*Professora Emérita da Faculdade de  
Economia da UFF e sócia da ABPHE*

Luiz Fernando Saraiva

*Organizador Geral da Coleção  
Novos Estudos de História Econômica do Brasil*

## Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2015.

MELO, Hildete Pereira de (org.). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2019.

## Apresentação

---

Vivemos tempos interessantes. O século XXI, em suas primeiras décadas, apresenta uma sucessão de crises econômicas mundiais encadeadas a crises hegemônicas no sistema mundial. Uma ordem bipolar, que delineou os traços geopolíticos do mundo desde a metade do século anterior, emergida de duas guerras (1914 e 1939) e uma crise (1929), teve o colapso de um de seus polos em sua última década (1991), e agora observa o que parece ser o momento de ocaso do que se considerava o polo “sobrevivente” ou “vitorioso” da “Guerra Fria”. Nossa contemporaneidade testemunha o que parecem os estertores do império estadunidense, ante a competição multipolar com China e Rússia. Tudo isso com o bônus da pandemia de COVID-19, que assola mais de sete milhões e meio da população mundial, no momento em que escrevemos estas linhas.

Historiadores, normalmente, começam a escrever quando o cenário parece consolidado ou, ao menos, estável. Há uma regra de ouro para bons trabalhos de História que estabelece um distanciamento temporal dos fatos que subsidiam, ou inspiram, sua interpretação.

Escrevemos para o leitor que encontrou pelo menos duas ou três exceções a esse corolário, tão caro à historiografia tradicional, mas também disfarçado como “tempo de reflexão” nas abordagens com maior pretensão de contemporaneidade. Há o *Dezoito Brumário*, de Karl Marx e a *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, de Friedrich Engels, como exemplos de excelentes exercícios de historiografia do tempo presente. O historiador é um cientista. Não pode se abster de falar sobre os fenômenos sociais, sob o risco de fazer ficção. E de má qualidade. Poucas coisas são piores, em termos de estilo, do que um historiador convencido de que é um literato.

Então aceita-se que historiadores tenham certa lentidão em suas análises. A isso alguns podem chamar prudência para com a interpretação dos fatos, fenômenos e processos envolvidos. Outros podem chamar de certa insegurança para com o observado na definição de seus traços mais permanentes, coisa que só a passagem do tempo permitiria. Há até os que adotam deliberadamente essa postura pela proximidade a um caráter escapista ou reacionário, no qual o historiador evita formular um julgamento do passado mais imediato justamente por não querer se vincular às consequências mais imediatas que os agentes dessas circunstâncias queiram lhe impingir. Podemos descartar essa última visão, que ignora ser toda História contemporânea, como ensina Marc Bloch. Vamos dialogar com as duas primeiras.

Acreditamos ter o historiador o direito de fazer sua interpretação com o devido vagar, o que lhe permite algum distanciamento temporal. Isso não quer dizer que o historiador não possa falar de coisas que afetam diretamente seu tempo; apenas que o descanso dos fatos permite a precisão da análise. A História, assim como a metalurgia, tem o tempo da forja intrinsecamente ligado à qualidade do produto.

A História Econômica é muitas vezes confundida com análise econômica, até porque, na realidade elas possuem estreita relação. Não há muito espaço para boa análise econômica que prescindia da História, e vice-versa. Mas existe, na análise da conjuntura, um momento no qual historiador e economista trilham caminhos distintos. A previsão do futuro a partir do passado mais imediato impõe-se muito mais ao economista do que ao historiador. Talvez pelo maior tempo de janela da ciência histórica, o historiador busque mais modéstia e sobriedade onde os economistas jogam a toalha branca com os ossos divinatórios. O historiador econômico fica, assim, em um dilema entre imbuir-se do poder de oráculo conferido aos economistas pelo status preditivo de sua ciência, ou dele abdicar em troca de uma análise mais profunda de seu objeto, conquanto maturada pelo que o tempo traz. Ao final, a escolha entre um e outro acaba cabendo ao historiador, o que também o define como um encadeador de sucessivos curtos prazos – erro que induz muita gente a pensar que faz História Econômica – ou como um historiador econômico

de fato, observando as ondas longas e estruturas que compõem os cenários por onde elas trafegam, e seu ritmo, que não é o das flutuações conjunturais.

A História Econômica do Brasil Contemporâneo envolve um eixo temático multidisciplinar, o qual integra quatro conceitos ligados ao estudo característico da materialidade da área, a saber: (1) política econômica; (2) desenvolvimento econômico; (3) instituições econômicas; e (4) mundo do trabalho.

Há evidente predominância na escolha de temas ligados à política econômica. Trata-se de um ramo primário do diálogo entre História e Economia, o da análise retrospectiva das causas e efeitos das políticas econômicas. Analisá-las, a partir de suas motivações e decorrências no curto e longo prazos, parece absorver grande parte dos estudos em História Econômica do Brasil, o que aparentemente se intensifica quanto mais se aproxima o recorte temporal da contemporaneidade. Não se dá à toa, portanto, a distribuição presente neste volume.

O estudo de tais políticas apresenta uma primeira derivação no tema do desenvolvimento. Partindo da concepção do desenvolvimento como resultado de políticas econômicas coordenadas sob a forma de uma estratégia ou planejamento, é possível entender-se, em um primeiro momento, essa derivação. Mas, como a própria concepção supracitada, gestada nas primeiras décadas do século XX, a ideia da historicidade dos processos a ela ligados também se estendeu por elementos territoriais, populacionais e ambientais, atingindo até aspectos culturais, seguindo a trajetória dos mesmos estudos, ao longo do tempo.

O estudo histórico das instituições – entendidas como as “regras do jogo”, pelos próprios institucionalistas, ou de maneira mais funcional por outras escolas de pensamento como as relações sociais produtivas, por exemplo – também ganhou espaço entre os interessados na História Econômica do Brasil contemporâneo. Novamente, tal se deu em acompanhamento da tendência mundial. Há interessantes exemplos de caracterização e análise de ambiência econômica constituída no Brasil a partir do estudo das instituições.

Os estudos ligados ao mundo do trabalho, por sua vez, ao abordarem as características de formação da mão de obra no

estabelecimento das relações sociais produtivas, não apenas apresentam resultados importantíssimos no entendimento e análise das políticas econômicas, no desenvolvimento ou formação das instituições como os mercados de fatores produtivos, mas também representam o campo mais inovador na proposição de abordagens empíricas e metodologias de criação e análise de fontes de dados quantitativos e qualitativos.

Os 20 anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945) ocupam os seis primeiros capítulos deste livro. Conceituado como a “Quarta República” ou “República Liberal” por Edgard Carone (1985), esse período é marcado na historiografia por uma acuidade temática nas políticas econômicas. Desde o século XIX, o Brasil era considerado um potencial à espera de seu salto qualitativo, como agente político e econômico no mundo. Fatores como a extensão territorial, dotação de recursos naturais, diversidade populacional, entre outros, apresentavam-no como o “país do futuro”, à espera do conjunto adequado de políticas que o colocariam na rota do desenvolvimento. Fernando Roberto de Freitas Almeida apresenta o projeto modernizador do desenvolvimentismo em sua terceira ou quarta tentativa no Brasil independente, à luz do caráter sisífico que este parece assumir, ainda mais hoje. Pedro Cezar Dutra Fonseca mostra os contrastes e semitons do Segundo Governo Vargas (1951-1954), ante as controvérsias quanto às políticas econômicas. Julio Gomes da Silva Neto apresenta a influência de fatores externos nos determinantes do desenvolvimento brasileiro no período, como a criação do sistema financeiro internacional de Bretton Woods (1944).

Os capítulos 4, 5 e 6 abordam singularidades do período, observado como um todo. Francisco Luiz Corsi e Everaldo de Oliveira Andrade apresentam suas respectivas visões sobre a introdução da cultura de planejamento nas políticas econômicas da República Liberal, na qual se desenvolveram controvérsias muito interessantes acerca do papel do governo na economia. O capítulo 6, de Marcelo Squinca da Silva, lida com a questão da infraestrutura e energia, apresentando os movimentos e resultados dessas políticas em seus elementos mais basais.

Mudanças na conjuntura internacional – em especial na orientação de política externa dos EUA – ocorridas no trânsito da década

de 1950 para a seguinte trariam um ciclo de rupturas institucionais e implantação de governos autoritários na América Latina, sob feitorias locais alinhadas com os interesses capitalistas. Guatemala e Paraguai, ainda em 1954; Argentina, em 1962 (e 1976); Bolívia, em 1964; República Dominicana, em 1965; Peru, em 1968; Uruguai e Chile, em 1973, seriam alguns exemplos aos quais se somaria o Brasil, em 1964: uma rodada de golpes militares apoiados pelos EUA. As sequelas políticas, econômicas e sociais desse processo se estenderiam para além da manutenção do ciclo de duas décadas de autoritarismo e arbitrariedade. Wilson do Nascimento Barbosa aborda alguns dos efeitos da política econômica imposta pela Ditadura Militar de 1964-1985 ao Brasil no capítulo 7, deslindando a intenção por trás do formalismo “ortodoxo” da disciplina fiscal e monetária, sob o moralismo de Polichinelo da “austeridade”: enriquecer ainda mais os ricos à custa do empobrecimento dos pobres.

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula e Marcos Cordeiro Pires têm como assunto, nos capítulos 8 e 9, respectivamente, o início da “Nova República”. Os anos 1980 e 1990 são as chamadas “décadas perdidas” da economia brasileira, marcadas por um realinhamento do debate de política econômica em torno dos temas de estabilização monetária, reforma do Estado e abertura do mercado interno. Lincoln Secco lança vistas sobre um processo mais ligado aos fundamentos das relações sociais produtivas, em maior extensão de perspectiva de duração: o mercado de trabalho no período, e a virada historiográfica que se observa sobre o tema.

Os três últimos capítulos mostram uma estreita relação deste volume com a História do tempo presente. Glaudionor Gomes Barbosa é o autor do capítulo 11, que fala da política econômica do período 2003-2015 e de seu aspecto diferenciado em relação a seus antecedentes imediatos e estruturas de longo prazo, sob a perspectiva de sistemas-mundo, ao conceber o Brasil como semiperiferia. Apoena Canuto Cosenza, por sua vez, apresenta o caráter primarista de nossa orientação produtiva, em um molde que recende em muito ao clássico “Sentido da Colonização” de Caio Prado Júnior, presente nesse mesmo período, como elemento de permanência. Os entrecruzamentos temáticos nesses capítulos (e em outros) permitem o contraponto entre diferentes perspectivas.

Nos restou o último capítulo, escrito com o auxílio inestimável do jovem pesquisador Rodolfo Soares Nunes, que aborda aspectos mais imediatos de nossa economia recente. Estamos em um tempo de desconstrução, ruptura e precarização de estruturas construídas por décadas, não apenas por choques externos, ou necessidades de movimentação de recursos produtivos internos, mas também pela consolidação de uma nacionalidade brasileira, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, à qual cabe um lugar no mundo, o que deve ser necessariamente uma escolha da sociedade que construímos, em caráter cotidiano e permanente.

É plausível especular sobre o recorte de Edgard Carone mencionado anteriormente. Sua obra sobre a História Republicana encerra-se na Quarta República (1945-1964). Seria possível extrapolar o recorte em direção a uma Quinta (1964-1985) e Sexta (1985-2016) Repúblicas? Quem sabe até em direção a mais, com subdivisões internas, como 1964-1968, 1968-1974 e 1974-1985 para a Ditadura Militar e 1985-1994, 1994-2002 e 2003-2016, para a Nova República? Uma resposta a essa provocação especulativa parece residir em um centro aristotélico moderado quanto à observação de características e identidades comuns. Quinta e Sexta Repúblicas, como as anteriores, seriam definidas pelas características basais de seus regimes.

A Quinta República (1985-2016) foi uma ditadura militar autoritária e tecnocrática, avessa em suas entranhas às formas democráticas de organização da sociedade. Em momento algum de suas nuances reconhecidas na historiografia, o regime de 1964-1985 deixou de ser uma ditadura militar.

A Sexta República (1964-2016), a “Nova República”, imbuiu-se do caráter democrático-participativo legalista, representado pela Constituição de 1988, a qual estruturou as instituições do regime. Mesmo em seus pontos críticos, como o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, a Nova República não chegou a ter suas instituições abaladas ao ponto de comprometer a significância da Constituição de 1988.

Desde 2016, como se reconhece no meio especializado, não é mais possível afirmar que as instituições da Sexta ou Nova República estejam em pleno funcionamento. Elementos constitucionais

básicos, mesmo do estado de direito democrático, foram abalados, com vistas a cancelar um movimento político consumado em 2016 que hoje já pode ser chamado de golpe.

É possível que caracterizemos o período presente de 2016 para cá como um ponto crítico de acentuação do caráter neoliberal das políticas econômicas engendradas no país desde o último quartil do século XX. Se o grau de entropia institucional conduzirá à ruptura definitiva do elemento estrutural da Nova República, com a devida ocupação dos espaços políticos (*horror vacui*), por sua vez, é assunto para debates. Por ora, vivemos uma das piores, senão a pior crise econômica da História do Brasil independente, em meio a uma pandemia mundial, na qual o país ultrapassou, no momento em que escrevemos, a barreira de cem mil óbitos.

Uma aproximação um tanto rústica das médias de taxas de crescimento do Produto Interno Bruto pode oferecer um retrato para reflexão. Feitas as ressalvas de heterogeneidade do cômputo e cálculo das contas nacionais pelo período, tem-se uma taxa média anual de 4,47% entre 1945 e 2020.<sup>1</sup> Os períodos 1945-1964 e 1964-1985 apresentaram resultados superiores à média, 6,74% e 6,44%, respectivamente. O período 1985-2020 observa 2,12%. Destinchado este último período, tem-se 1,81% e 1,99% para os subperíodos 1980-1990 e 1990-2000. As duas primeiras décadas do presente século verificaram 3,77% para 2000-2010 e 0,81%, em 2010-2020.

Comparado às médias das taxas geométricas de crescimento anual da população,<sup>2</sup> o quadro adquire traços um pouco mais definidos. Entre 1940 e 2010, a população brasileira cresceu à taxa média geométrica de 2,12% anuais. Nesse indicador, o período 1940-1980 observou 2,48%, enquanto o período 1990-2010 apresentou 1,58%. Assim, os períodos em que o produto interno bruto cresceu francamente acima da população parecem estar localizados entre a Quarta e a Quinta Repúblicas, além do subperíodo 2000-2010. Os demais períodos apresentam uma proximidade mais estreita do crescimento do produto com o populacional.

---

<sup>1</sup> Dados do Banco Central do Brasil. Para 2020, utilizou-se a estimativa do Banco Mundial, de -5%.

<sup>2</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia.

Antes de passarmos aos capítulos, algumas considerações ainda se fazem necessárias. Há um significativo parentesco deste volume com seu antecessor da coleção de 1996. Ao revisitarmos sua apresentação, escrita há quase 25 anos por Tamás Smrecsányi e Wilson Suzigan, nos identificamos com algumas das questões expostas pelos autores, que surgiram durante a organização e execução desta obra. Alguns autores aqui presentes também apareceram por lá. Isso mostra uma consistência nos estudos em História Econômica do Brasil contemporâneo, nos quais a ABPHE – Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – também marcou sua presença, não apenas por esses dois momentos pontuais, mas pela trajetória entre eles. Pela seriedade, paciência, respeito e carinho com que lidou com essas questões, vai o nosso agradecimento ao organizador da Coleção, Luiz Fernando Saraiva, o qual se estende à Hucitec, juntamente com a EDUFF nessa ocasião, exatamente como Smrecsányi e Suzigan fizeram em sua apresentação, pelas mesmas razões.

São Luís, Verão de 2020  
Os organizadores